

Pregão Eletrônico nº 20241581 – SESA/HIAS**Processo nº 24001.075506/2024-14****UASG: 943001****Número Comprasnet: 90643/2026**

A SECRETARIA DA SAÚDE, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Lei Complementar Estadual nº 334/2024, Decreto Estadual nº 36.407/2024, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos em uso, limpeza de dutos, com cobertura total de peças para os equipamentos sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros), tipo janelheiro, minicentrais e centrais de ar-condicionado, instalados no Hospital Infantil Albert Sabin – HIAS, CPC e anexos, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **Murilo Lobo de Queiroz**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9381 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/06/2026

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/07/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/07/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES E DO HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.1.1. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

7.2. Hospital Infantil Albert Sabin, R. Tertuliano Sales, nº 544 – Bairro: Vila União, Fortaleza - CE, CEP 60410-794, CNPJ nº 07.954.571/0038-04– Telefone: (85) 3125-9347

7.2.1. Horário de expediente do Hospital Infantil Albert Sabin: das 8h às 12h e das 13h às 18h

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 24200204;

8.2.2. Fonte de Recursos: 1.600;

8.2.3. Programa de Trabalho: 171;

8.2.4. Elemento de Despesa: 339039;

8.2.5. Gestão/Unidade: 24200204;

8.2.6. Fonte de Recursos: 1.500;

8.2.7. Programa de Trabalho: 171;

8.2.8. Elemento de Despesa: 339039;

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.6.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme caput art. 94 do Decreto nº 35.067/2022 no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo..

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração, conforme § 1º do artigo supramencionado.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame, em conformidade com o disposto no § 2º. do art. 94 do Decreto n. 35067/22.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, de acordo com o previsto no § 5º ainda do mesmo decreto citado.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e sua divulgação, conforme §§ 5º e 6º do art. 32 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterados pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente ocorrerá após o encerramento da fase de julgamento das propostas ou, encerrada a etapa de lances, caso os preços permaneçam acima do valor estimado.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 75 do Decreto nº 35.067/2022. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo fixado na solicitação do pregoeiro.

12.3.1. Quando a diligência for requerida pelo órgão/entidade demandante, a documentação deverá ser encaminhada diretamente à área requisitante, por meio eletrônico indicado na solicitação, no prazo nela estabelecido.

12.3.2. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.3. Uma vez regularmente solicitada a diligência e não atendida no prazo e condições estabelecidos, não será admitida nova solicitação para o mesmo fim, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro nos mesmos termos estabelecido no item 12.3 acima, promover diligência para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto nº 35.067/2022;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6 acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico do campo, valor unitário ou desconto;

13.1.1. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de *valor unitário inferior* ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu *valor final mínimo* quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o *valor final mínimo*, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O *valor final mínimo* parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado *valor superior* a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O *valor final mínimo* parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com *preços até 10% (dez por cento) superiores* àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem *crescente*, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.6 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa)

dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

16.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do Anexo IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

16.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendada pelo e-mail manutencao@hias.ce.gov.br ou pelo telefone (85)3125-9279, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

16.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria.

16.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

16.14. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 h às 16 h.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis em momento único, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação, conforme disposto no § 1º do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de, no mínimo, 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, conforme disposto no caput do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, conforme §2º do mesmo art. 95 citado acima, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão ou entidade contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

20.8. Da Garantia contratual

20.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou ao órgão/entidade contratante, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, observado todo o disposto no item 12.3 deste edital.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos ou o não atendimento às diligências realizadas pelo pregoeiro ou pelo órgão/entidade contratante ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

Fortaleza/CE, 08 de junho de 2026

Edísio Jataí Cavalcante Filho

Ordenador(a) de Despesas

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 24001.075506/2024-14

UNIDADE REQUISITANTE: HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN – HIAS/SESA**1. DO OBJETO**

1.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos em uso, limpeza de dutos, com cobertura total de peças para os equipamentos sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros), tipo janelheiro, minicentrais e centrais de ar-condicionado, instalados no Hospital Infantil Albert Sabin – HIAS, CPC e anexos, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTI DADE
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, limpeza de dutos semestral, gestão dos sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros) e ventilação mecânica, instalação, retirada e remanejamento de equipamentos do aludido sistema, incluindo materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos tipo janelheiro, split, VRF, minicentrais e centrais de ar-condicionado, instalados no HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN, CPC e seus ANEXOS. COMPRASNET: UNIDADE = MÊS.	MÊS	12

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Da Matriz de Risco

2.2.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

2.2.2.1. Interrupção no fornecimento de energia elétrica, água ou outros serviços essenciais que inviabilizem ou impeçam a execução dos serviços contratados.

2.2.2.2. Falhas na comunicação entre a contratante e a contratada que impactem a gestão do contrato, inclusive em chamadas emergenciais.

2.2.2.3. Atrasos na liberação de acesso às áreas para execução dos serviços ou indisponibilidade de infraestrutura adequada no ambiente hospitalar

2.2.3. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

2.2.3.1. Falhas nos equipamentos durante o período de garantia, exigindo substituição ou reparo imediato.

2.2.3.2. Atrasos na execução dos serviços contratados, incluindo manutenções preventivas programadas e corretivas emergenciais.

2.2.3.3. Inobservância das normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança, inclusive no que se refere ao descarte de resíduos gerados na limpeza de dutos.

2.2.3.4. Danos a terceiros ou ao patrimônio do contratante em decorrência de negligência ou imperícia na execução dos serviços

2.2.3.5. Acidentes de trabalho envolvendo seus colaboradores, por falha no uso adequado de EPI ou ausência de capacitação técnica.

2.2.3.6. Obsolescência tecnológica dos equipamentos e ferramentas utilizadas pela contratada, sem a devida atualização de métodos e processos.

2.2.3.7. Descumprimento do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), inclusive no que se refere à periodicidade da limpeza dos dutos e filtros.

2.2.4. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o contratante e 50% (cinquenta por cento) para o contratado:

2.2.4.1. Alterações legislativas ou normativas que impactem diretamente a execução contratual, exigindo readequações técnicas ou administrativas.

2.2.4.2. Greves ou paralisações que afetem a execução dos serviços por força maior, exigindo reorganização de cronograma e redefinição de prazos.

2.2.4.3. Identificação de falhas técnicas nos sistemas de climatização que demandem análises conjuntas para solução, especialmente em áreas críticas como UTI, Centro Cirúrgico, Emergência e Farmácia de medicamentos termolábeis.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da publicação, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, bem como a instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos, e a limpeza de dutos são atividades essenciais para o funcionamento ininterrupto e adequado do Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS), CPC e seus anexos. A continuidade desse serviço é crucial para garantir a qualidade do ambiente hospitalar, a segurança dos pacientes e a eficiência operacional do hospital, que depende diretamente do perfeito funcionamento dos sistemas de climatização para manter as condições adequadas de temperatura e qualidade do ar, essenciais para a saúde e bem-estar dos pacientes, especialmente considerando que o hospital atende um público infantil, mais vulnerável a variações ambientais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a contratação de longo prazo permite uma melhor negociação de preços e condições com o CONTRATADO, proporcionando economia de escala e garantindo um planejamento financeiro mais eficiente para a Administração. Além disso, a manutenção de um contrato contínuo reduz a necessidade de processos licitatórios frequentes, gerando economia de recursos administrativos e tempo, e assegura a estabilidade e a confiabilidade do serviço prestado ao longo dos anos.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos de climatização, incluindo a limpeza dos dutos das centrais de ar, é essencial para garantir a operação contínua e eficiente dos sistemas de ar-condicionado do Centro Pediátrico do Câncer, Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS) e seus anexos. A manutenção adequada desses equipamentos é vital para assegurar a qualidade do ar interno, proporcionando um ambiente seguro e confortável para pacientes, visitantes e funcionários.

4.2. Os sistemas de climatização são componentes críticos para o funcionamento do hospital, influenciando diretamente a saúde e o bem-estar dos pacientes, especialmente considerando a vulnerabilidade das crianças atendidas. A manutenção preventiva reduz a possibilidade de falhas e a necessidade de intervenções corretivas emergenciais, garantindo a continuidade dos serviços hospitalares sem interrupções inesperadas.

4.3. A limpeza regular dos dutos de ar é uma medida indispensável para a prevenção de contaminações e infecções nos ambientes internos do hospital. A acumulação de poeira, sujeira e outros contaminantes nos dutos pode comprometer a qualidade do ar e representar um risco à saúde dos pacientes e funcionários. Portanto, a inclusão deste serviço no contrato de manutenção é essencial para manter os padrões de higiene e segurança exigidos pelas normas da ANVISA e do Ministério da Saúde.

4.4. Além disso, a manutenção dos equipamentos de climatização é uma exigência regulamentar conforme as diretrizes da NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, que

estabelece a necessidade de um ambiente seguro para os trabalhadores da área da saúde. A contratação dos serviços de manutenção assegura que o hospital esteja em conformidade com as leis e regulamentos vigentes, evitando possíveis sanções e garantindo a segurança de todos os ocupantes.

4.5. Em resumo, a necessidade da contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como a limpeza dos dutos de ar-condicionado, é justificada pela importância de manter a operação eficiente e segura dos sistemas de climatização do hospital, assegurando um ambiente saudável para os pacientes, visitantes e profissionais de saúde, atendendo assim ao interesse público e às exigências regulatórias.

4.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Complementar Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. Exigências Relacionadas à Solução:

A análise de riscos é fundamental para identificar e mitigar potenciais obstáculos que possam comprometer a execução do contrato de serviços de manutenção de sistemas de climatização. Os principais riscos considerados são:

Riscos Operacionais: Incluem falhas nos equipamentos de climatização durante a prestação dos serviços, como quebras inesperadas, mau funcionamento de componentes críticos (condensadoras, evaporadoras, etc.) e dificuldades técnicas não previstas.

Indisponibilidade de Peças de Reposição: A falta de disponibilidade imediata de peças de reposição pode atrasar a execução das manutenções corretivas, afetando a operacionalidade dos sistemas e aumentando o tempo de inatividade dos equipamentos.

Riscos Ambientais e de Saúde Ocupacional: A operação de sistemas de climatização em ambientes hospitalares envolve riscos ambientais e de saúde ocupacional, como contaminação microbológica do ar, necessidade de manuseio seguro de substâncias químicas e resíduos perigosos, além de riscos ergonômicos associados ao trabalho em espaços confinados e alturas elevadas.

Instabilidade Tecnológica: A rápida evolução tecnológica no setor de climatização pode tornar obsoletas as soluções atualmente adotadas. É crucial implementar um plano de atualização tecnológica que garanta a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas ao longo do contrato.

Riscos Contratuais e de Desempenho: Incluem a possibilidade de descumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos na execução dos serviços, não conformidade com os padrões de qualidade exigidos e falhas na assistência técnica prevista.

Para mitigar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas:

Planejamento Antecipado: Elaboração de um plano de contingência que contemple cenários adversos, como ações corretivas imediatas em caso de falhas críticas nos equipamentos.

Estoque Estratégico de Peças: Manutenção de um estoque mínimo de peças de reposição essenciais para reduzir o tempo de inatividade em caso de falha de equipamento.

Monitoramento Regular: Implementação de um sistema de monitoramento contínuo dos sistemas de climatização para identificar precocemente potenciais problemas operacionais e realizar intervenções proativas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação

das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.3.1.1. Eficiência Energética

6.3.1.1.1. Empregar práticas de operação e manutenção que maximizem a eficiência energética dos sistemas de climatização (PMOC), incluindo:

- a) Limpeza e troca periódica de filtros, lubrificação e ajustes de componentes para reduzir consumo de energia;
- b) Calibração e balanceamento das unidades evaporadoras e condensadoras de acordo com as recomendações dos fabricantes;
- c) Capacitação da equipe técnica em boas práticas de economia de energia (uso de sensores, programadores de temperatura, desligamento programado em áreas ociosas).

6.3.1.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa

6.3.1.2.1. A contratada deverá segregar, acondicionar e destinar adequadamente todos os resíduos gerados, conforme a Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e normas CONAMA:

- a) Filtros, espumas e materiais particulados provenientes da limpeza de dutos;
- b) Óleos lubrificantes, solventes e estopas contaminadas;
- c) Componentes metálicos, plásticos e eletrônicos substituídos.

6.3.1.2.2. Implementar logística reversa para:

- a) Recolhimento e entrega a empresas licenciadas de todos os refrigerantes e substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDOs), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 340/2003 e IN IBAMA nº 5/2018;
- b) Retorno de lâmpadas, pilhas, baterias e outros resíduos perigosos a pontos de coleta especializados.

6.3.1.3. Gestão de Resíduos e Logística Reversa

6.3.1.3.1. Exigir que toda peça, acessório, fluido refrigerante, lubrificante e produto de limpeza utilizado seja:

- a) Original de fabricante ou certificado pelo INMETRO;
- b) De preferência ecológico, com rótulo ambiental (Ex.: ISO 14001, selo Green Seal ou similar).

6.3.1.3.2. Proibir o uso de substâncias tóxicas ou com alto potencial de emissão de gases de efeito estufa; estimular a substituição por alternativas atóxicas ou de menor impacto, conforme orientação do GNCS.

6.3.1.4. Conformidade Legal e Monitoramento

6.3.1.4.1. Cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável (PNRS, Resoluções CONAMA, Protocolo de Montreal, normas ABNT NBR).

6.3.1.4.2. Manter registros e apresentar, semestralmente, relatório de sustentabilidade contendo:

- a) Quantidade e destinação dos resíduos gerados;
- b) Economia de energia obtida a partir das intervenções de manutenção;
- c) Evidências de treinamento da equipe e certificações ambientais dos insumos.

6.3.1.5. Boas Práticas Operacionais

6.3.1.5.1. Implementar checklists verdes em cada visita de manutenção, incorporando itens de inspeção ambiental (estado dos dutos, ausência de vazamentos de SDOs, acondicionamento adequado de resíduos).

6.3.1.5.2. Adotar comunicação clara e sinalização ambiental nas áreas de serviço para evitar contaminações cruzadas e orientar o destino correto dos materiais descartados.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 1 (um) ano, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

7.2.1.1.1. As peças e acessórios de reposição deverão ser:

- a) Para equipamentos em garantia: comprovadamente originais, conforme especificação dos fabricantes, para preservar a garantia técnica;
- b) Para equipamentos fora da garantia: poderão ser peças originais ou genuínas (de qualidade e características equivalentes às originais), desde que atendam às especificações técnicas dos equipamentos e possuam certificação de qualidade.

7.2.1.1.1.1. Entende-se por peças originais aquelas fornecidas pelo mesmo fabricante dos equipamentos.

7.2.1.1.1.2. Entende-se por peças genuínas aquelas produzidas por fabricantes distintos, mas que atendem às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças originais, comprovados mediante certificação ou laudo técnico.

7.2.1.1.1.3. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentação que comprove a procedência das peças e acessórios utilizados na manutenção.

7.2.1.1.1.4. A utilização de peças genuínas em equipamentos fora de garantia deverá ser previamente autorizada pela fiscalização, mediante comprovação de equivalência técnica.

7.2.1.1.2. Os FILTROS (todos os modelos), inclusive os filtros HEPA deverão ser avaliados pela contratante e substituídos de imediato se necessário.

7.2.1.1.3. O serviço de assistência técnica consistirá especificamente em visitas de manutenção e controle durante as quais se providenciará a manutenção dos equipamentos e eliminação de eventuais defeitos.

7.2.1.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao Setor de Manutenção, os relatórios de serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados nas instalações e equipamentos dos sistemas de ar-condicionado, objeto deste contrato, durante o referido período.

7.2.1.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar mão de obra especializada e habilitada profissionalmente para os serviços de manutenção corretiva e preventiva, materiais e componentes, ferramentas e instrumentação adequadas e meios necessários a movimentação de pessoal, materiais, qualquer hora e dia da semana inclusive sábados, domingos e feriados.

7.2.1.1.6. A CONTRATADA obriga-se e compromete-se a usar materiais e peças de reposição com as mesmas características técnicas e do mesmo fabricante, de igual qualidade e condições de compatibilidade dos materiais e peças substituídas;

7.2.1.1.7. Os técnicos encarregados da contratada para a execução dos serviços, terão acesso livre e imediato ao(s) equipamento(s) durante o expediente normal da contratante, devendo registrar no Setor de Manutenção, a abertura da Ordem de Serviço referente ao atendimento a ser feito, para o possível acompanhamento e posterior visto da Unidade onde se encontra o(s) equipamento(s) através de relatório.

7.2.1.1.8. A CONTRATADA deverá realizar a limpeza dos dutos de ar-condicionado, conforme especificações técnicas e normas vigentes, garantindo a qualidade do ar e o funcionamento eficiente dos sistemas.

7.2.1.1.9. Qualificação Técnica para Manutenção de Equipamentos em Garantia

7.2.1.1.9.1. Para os equipamentos que estejam em período de garantia do fabricante (sistema VRF Midea), a CONTRATADA deverá apresentar uma das seguintes comprovações:

a) Documento que comprove ser empresa credenciada pelo fabricante para realizar manutenção nos equipamentos objeto deste certame; OU

b) Declaração de que, caso não seja credenciada, se compromete a subcontratar, para os serviços que possam afetar a garantia, empresa credenciada pelo fabricante, apresentando o respectivo contrato de subcontratação como condição para assinatura do contato; OU

c) Declaração de que possui em seu estoque peças originais suficientes para atender às demandas do contrato durante o período de garantia, comprovando mediante apresentação de notas fiscais; OU

d) Declaração de que, para os serviços que possam afetar a garantia, a Administração poderá acionar diretamente o fabricante ou empresa por ele credenciada, ficando a contratada responsável pelo acompanhamento e gestão desse processo.

7.2.1.1.9.2. A exigência acima se justifica pela necessidade de preservar a garantia dos equipamentos, conforme estabelecido no Certificado de Garantia do Fabricante, que condiciona a manutenção da garantia à realização dos serviços por empresa credenciada “...**podendo a garantia ser estendida para o período de 21 meses para o equipamento, a contar sua partida inicial, ou 27 meses, contados da data emissão da Nota Fiscal, cessando está na data que o primeiro ocorrer. Para os compressores, a garantia poderá ser estendida para 60 meses. Esta extensão se aplica ao fornecimento de peças e componentes com comprovados defeitos de fabricação.**”.

7.2.1.1.9.3. Os equipamentos foram adquiridos e instalados em dezembro de 2022, estando portanto vigente até dezembro de 2027 somente a garantia dos compressores condicionados a manutenção por empresa credenciada.

7.2.1.1.9.4. Para os demais equipamentos que não estejam em período de garantia, a comprovação da capacidade técnica operacional será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

7.2.1.2. Manutenção Preventiva

7.2.1.2.1. Para efeitos deste Contrato considera-se Manutenção Preventiva aquela que visa manter os equipamentos dentro das condições de utilização com objetivo de reduzir as possibilidades de ocorrência de defeitos por desgastes ou envelhecimento de seus componentes (rede de dutos, unidades condensadoras, unidades evaporadoras e seus componentes); constituindo tais serviços em ajustes, regulagens, limpeza, lubrificação, testes, ajuste de partes mecânicas, elétricas ou eletrônicas, verificações, alinhamentos, atualização de software, calibração dos parâmetros medidos e tudo que se fizer necessário para manter e conservar os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento quanto à segurança e confiabilidade;

7.2.1.2.2. As manutenções preventivas serão realizadas em períodos semanais, mensais, trimestrais ou semestrais, de acordo com a necessidade, determinada pelo fabricante dos sistemas e equipamentos, com previsão de chamadas nos finais de semana e feriados quando a demanda assim o requerer. A execução deverá ocorrer sempre que possível sem a paralisação dos serviços prestados pelo HIAS.

7.2.1.2.3. Realizar as Manutenções Preventivas no horário compreendido de 8:00 às 17:00 h, de Segunda a Sexta-feira e 08:00 às 12:00 horas no sábado, inclusive domingos e feriados em situações emergenciais, por técnico especializado e apresentar no final da manutenção um relatório técnico em 02 (duas) vias, sendo uma via para o Setor de Manutenção e a outra via para os setores onde for realizada a manutenção dos equipamentos. Nos horários não especificados, o setor de manutenção através dos plantonistas, serão os responsáveis por este relatório.

7.2.1.2.4. A Contratada deverá executar basicamente Manutenção Preventiva programada (PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle), em todos os sistemas e equipamentos das centrais de ar-condicionado, devendo apresentar ao Setor de Manutenção do HIAS, a programação de execução de manutenção preventiva para cada tipo de sistema e equipamento e para o tempo de duração do contrato.

7.2.1.3. Manutenção Corretiva

7.2.1.3.1. Entende-se como manutenção corretiva os serviços de reparos para eliminar defeitos ocorridos sob condições de utilização adequada dos equipamentos, bem como testes e ajustes, inclusive os testes de segurança elétrica, após reparos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos.

7.2.1.3.2. A Contratada deverá executar basicamente Manutenção Corretiva em todos os sistemas e equipamentos das centrais de ar-condicionado, relacionadas neste processo.

7.2.1.3.3. A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação da Contratante, durante a vigência do contrato para correção de defeitos porventura ocorridos durante o funcionamento dos sistemas e equipamentos ou detectados por ocasião da manutenção preventiva.

7.2.1.3.4. Realizar as Manutenções Corretivas, no horário compreendido de 8:00 às 17:00 h, de Segunda a Sexta-feira e 08:00 às 12:00 horas no sábado, e em situações emergenciais atender quando solicitado, inclusive domingos e feriados (plantão disponível 24 horas), por técnico especializado e apresentar no final da manutenção um relatório técnico em 02 (duas) vias, sendo uma via para o Setor de Manutenção e a outra via para os setores onde for realizada a manutenção dos equipamentos. Nos horários não especificados, os plantonistas do setor de manutenção, serão os responsáveis por este relatório.

7.2.1.3.5. A correção de defeitos que implicarem troca de componentes de peças e acessórios, inclusive as condensadoras e evaporadoras, como também todo material, fica condicionada a aprovação prévia do HIAS.

7.2.1.3.6. Atender dentro do prazo máximo de 02:00 (duas) horas aos chamados para consertos eventuais que se façam necessários, corrigir falhas ou defeitos em qualquer unidade do(s) equipamento(s) coberto pelo Contrato, inclusive aos sábados, domingos e feriados (plantão disponível 24 horas);

7.2.1.3.7. Havendo necessidade de remoção do(s) equipamento(s), peças e acessórios para recuperação em qualquer local externo às dependências do hospital, bem como pela sua posterior devolução, a mesma somente será feita através de autorização expressa do Setor de Manutenção, ficando as despesas por conta da Contratada;

7.2.1.3.8 Em caso de retirada de equipamento para manutenção corretiva e após avaliação técnica for constatado que é necessário substituição de peças e que cuja aquisição e substituição de peça demore mais do que 48 horas, a Contratada deverá instalar um outro equipamento de sua propriedade, com ônus próprio, até a reinstalação do equipamento da Contratante.

7.2.1.3.9 Em caso de existência de laudo técnico comprovando o fim da vida útil do equipamento ou em casos onde a manutenção corretiva se mostre inviável ou com custo elevado (constatação de equipamento inservível), e caso o hospital possua equipamento novo e/ou usado para a substituição, a Contratada deverá instalar o outro equipamento às suas expensas.

7.2.2 Garantia dos Serviços Prestados

7.2.2.1. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços e eficiência das revisões periódicas e de emergência no(s) equipamento(s), resistência dos materiais, estabilidade dos trabalhos, perfeito acabamento, comprometendo-se a manter limpo o local de execução dos serviços, removendo o entulho decorrente dos mesmos. Nestes serviços deverão ser atendidos rigorosamente o disposto no código civil, nas normas e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas(ABNT), nas normas de Medicina e Segurança do

Trabalho, nas Resoluções e Portarias do Ministério da Saúde e demais normas e regulamentos pertinentes.

7.6.2.2. Serão de responsabilidade da Contratada quaisquer danos causados por seu pessoal ou equipamentos nas instalações do HIAS, ou de terceiros, em decorrência dos serviços aqui especificados. Todo e qualquer dano causado deverá ser corrigido de imediato.

7.6.2.3. A Contratada deverá cumprir e manter a qualidade do ar interior após a análise microbiológica semestral e diagnóstico da qualidade do ar interior das unidades do HIAS de acordo com as determinações contidas na portaria Nº 3.523/99 do MINISTÉRIO DA SAÚDE e as resoluções em vigor (Resolução 176 de 24 de outubro de 2000 e Resolução 09 de 16 janeiro de 2003), no que diz respeito à preservação da qualidade do ar (in door), montar e executar o Plano de Manutenção Orientação e Controle (PMOC) e apresentar relatórios ao Setor de Manutenção do HIAS.

7.6.2.4. Com relação ao condicionamento dos ambientes, devem ser realizadas, quinzenalmente, medições de temperatura e umidade nas salas que serão informadas junto com o relatório. Nos casos em que estas variáveis não estejam de acordo com os valores estipulados em projeto, a Contratada deverá tomar as providências necessárias ao restabelecimento da situação ideal.

7.6.2.5. A fiscalização dessa execução será de competência do HIAS, que nomeará um representante para promover provas e testes no(s) equipamento(s) e assinar relatório feito pelo técnico da Contratada.

7.6.2.6. Na implementação da rotina de manutenção a Contratada adotará recursos de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de modo a permitir o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades desenvolvidas no decorrer do contrato.

7.6.3. A fiscalização pelo Setor de Manutenção se reservará:

7.6.3.1. Manter rígido o controle de qualidade sobre os materiais utilizados que deverão ser aqueles recomendados pelos fabricantes dos equipamentos, e só poderão ser instalados e ou aplicados após a aprovação do Setor de Manutenção.

7.6.3.2. Exigir o cumprimento de todos os itens desta Especificação Técnica, Contrato etc.

7.6.3.3. Aprovar previamente os materiais a serem empregados e rejeitar os que não satisfaçam os padrões aqui especificados.

7.6.3.4. Determinar a imediata retirada do local do serviço de qualquer funcionário da Contratada, que não corresponder tecnicamente ou disciplinarmente às exigências do HIAS.

7.6.3.5. Aprovar qualquer material específico ficando os casos omissos sujeitos à aprovação técnica, desde que esteja comprovada a perfeita originalidade, sem prejuízo dos serviços contratados.

7.6.3.6. Determinar a imediata retirada do local do serviço de qualquer funcionário da Contratada, que não corresponder tecnicamente ou disciplinarmente às exigências do HIAS.

7.6.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.6.4.1. A Contratada deverá cumprir, além dos serviços rotineiros de manutenção as seguintes obrigações:

7.6.4.1.1. Ter um Engenheiro Mecânico e um Técnico com treinamento em sistemas VRF/central durante toda a vigência do Contrato.

7.6.4.1.2. Atender de imediato às reclamações dos usuários comunicadas ao Setor de Manutenção do HIAS, devendo o técnico, ao se apresentar para solucionar o problema, portar o ferramental necessário;

7.6.4.1.3. Manter no hospital, 8(oito) funcionários de segunda a sexta-feira, em horário comercial de 08:00 às 17:00, sendo 4(quatro) técnicos de refrigeração e 4(quatro) auxiliares.

7.6.4.1.4. Manter no hospital, 2(dois) funcionários nos fins de semana (Sábado e Domingo) e feriados, sendo 1(um) técnicos de refrigeração e 1(um) auxiliar, no período de 08:00 às 17:00.

7.6.4.1.5. Toda vez que não for possível consertar o aparelho no local, remover o mesmo e substituir por outro de mesma capacidade/potência, não devendo esta substituição ultrapassar o limite de 48 horas.

7.6.4.1.6. Quando se fizer necessário ou quando solicitado pelo Setor da Manutenção deverá realizar testes nos diversos equipamentos visando sanar deficiências ou processar ajustes;

7.6.4.1.7. Sendo observada alguma irregularidade na temperatura e umidade do ambiente, em comum acordo com o Setor de Manutenção, a Contratada deverá desenvolver os procedimentos técnicos visando a adequação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.14 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade:

I - Adotar práticas que garantam a otimização do consumo de energia elétrica dos sistemas de climatização, tais como: limpeza e substituição periódica de filtros, balanceamento de dutos, calibração de termostatos e controle programado de temperatura em áreas de menor ocupação.

II - Segregar, acondicionar e destinar todos os resíduos gerados (filtros usados, espumas, estopas, óleo lubrificante, peças metálicas e eletrônicas) conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e Resoluções CONAMA aplicáveis, apresentando comprovação de entrega a empresas licenciadas.

III - Implementar logística reversa para os refrigerantes e substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDOs), conforme Resolução CONAMA 340/2003 e IN IBAMA 5/2018, recolhendo e encaminhando integralmente os gases a recicladores ou centrais de destruição autorizadas.

11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte local: Hospital Infantil Albert Sabin, Rua Tertuliano Sales, 544 – Vila União, CEP: 60410-794;

11.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

11.23. Apresentar licenciamento ambiental para serviço de manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos em uso, limpeza de dutos, com cobertura total de peças para os equipamentos de climatização, tipo janelheiro, mini-centrais e centrais de ares-condicionados emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza/CE (SEUMA). Caso a execução do serviço não seja realizada no Município de Fortaleza-CE, deverá apresentar documento equivalente de órgão competente que exista no Município do local do serviço ou na sua ausência, pelo Estado, expedido em nome do contratado.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-profissional

12.4. Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

12.5. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

12.6. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

12.7. Não serão admitidos certidões ou atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.8. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.4, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS
1	Manutenção de sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros)

Qualificação técnico-operacional

12.9. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

12.10. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.11. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.10, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) da quant. total estimada
1.	Manutenção de sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros)	Serviço	200	47,72% do quantitativo previsto para o HIAS, Centro de Referência Diagnóstico do Câncer, Pátio Vila e Higia.

12.12. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.13. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.13.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.13.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.13.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.13.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.13.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.13.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.14. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.16. Os documentos enumerados no subitem 12.13, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.13.3, 12.13.4 e 12.13.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.17. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.18. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.19. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.20. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.21. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.22. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.22.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.22.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um

dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Gestão/Unidade: 24200204;

13.2.2. Fonte de Recursos: 1.600;

13.2.3. Programa de Trabalho: 171;

13.2.4. Elemento de Despesa: 339039;

13.2.5. Gestão/Unidade: 24200204;

13.2.6. Fonte de Recursos: 1.500;

13.2.7. Programa de Trabalho: 171;

13.2.8. Elemento de Despesa: 339039;

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ANEXO A - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO HIAS, CENTRO DE REFERÊNCIA DO DIAGNÓSTICO DO CÂNCER, PÁTIO VILA, HIGIA.

LOCAL	SETOR	TIPO – MARCA	CAPACIDADE (BTU)	QUANTIDADE
Ambulatório 1	Sala TRR	SPLIT - Yang	18000	1
Ambulatório 1	Consultório 6	SPLIT - Yang	18000	1
Ambulatório 1	Consultório 8	SPLIT - Elgin	18000	1
Ambulatório 1	Consultório 5	SPLIT - Yang	18000	1
Ambulatório 1	Consultório 9	SPLIT - Elgin	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 10	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 4	SPLIT - Elgin	24000	1
Ambulatório 1	Consultório 11	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 12	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 3	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 13	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 14	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Consultório 2	SPLIT - Yang	18000	1
Ambulatório 1	Consultório 1	SPLIT - Yang	18000	1
Ambulatório 1	Coord de Enfermagem – Consultório 15	SPLIT - Yang	12000	1
Ambulatório 1	Coord Ambulatorial	SPLIT - Yang	12000	1
Vania Abreu	Data Center	SPLIT - Elgin	18000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 101	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 102	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 103	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 104	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 105	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 105	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 106	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 106	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 107	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 107	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	REPOUSO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	"PRESCRIÇÃO / COORDENAÇÃO"	PISO TETO/SPLIT	48000	1
Vania Abreu	"PRESCRIÇÃO / COORDENAÇÃO"	PISO TETO/SPLIT	24000	1
Vania Abreu	CURATIVO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	ISOLAMENTO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 201(REPOUSO MÉDICO)	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 202	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 203	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 204	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 205	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 205	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 206	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 206	SPLIT	22000	1

Vania Abreu	ENFERMARIA 207	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 207	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	REPOUSO AUXILIAR	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	"PRESCRIÇÃO / COORDENAÇÃO"	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	"PRESCRIÇÃO / COORDENAÇÃO"	SPLIT	24000	1
Vania Abreu	CURATIVO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	ISOLAMENTO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 301	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 302	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 303	SPLIT	24000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 304	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 305	SPLIT	36000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 306	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 306	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 307	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 307	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	REPOUSO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	COORDENAÇÃO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	PRESCRIÇÃO	SPLIT	24000	1
Vania Abreu	CURATIVO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	ISOLAMENTO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 401	SPLIT	18000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 402	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 403	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 404	SPLIT	30000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 405	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 405	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 406	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 406	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 407	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	ENFERMARIA 407	SPLIT	22000	1
Vania Abreu	REPOUSO	SPLIT	12000	1
Vania Abreu	COORDENAÇÃO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	PRESCRIÇÃO	CASSETTE	36000	1
Vania Abreu	CURATIVO	SPLIT	9000	1
Vania Abreu	ISOLAMENTO	SPLIT	12000	1
UTI 2	UTI 2	SPLIT - Elgin	30000	1
UTI 2	UTI 2	SPLIT - Elgin	30000	1
UTI 2	UTI 2	SPLIT - Panasonic	22000	1
CTI	Neonatal	SPLIT - Elgin	18000	1
CTI	Neonatal	SPLIT - Springer	18000	1
CTI	Neonatal	SPLIT - Green	70000	1
CTI	Repouso Técnicos Enfermagem	SPLIT - Elgin	12000	1
UTI 2	Repouso Médicos e Enfermeiras	SPLIT - Consul	12000	1
CTI	Repouso Médicos e Enfermeiras	SPLIT - Consul	12000	1

HIAS	Refeitório das mães	SPLIT - Elgin	60000	1
HIAS	CME	SPLIT - Elgin	18000	1
HIAS	CME	SPLIT - Springer	60000	1
HIAS	CME	SPLIT - Midea	12000	1
HIAS	Expurgo CME	SPLIT - TCL	18000	1
Emergência	Repouso Cirurgiões	SPLIT - Elgin	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 22	SPLIT - Midea	30000	1
Ambulatório 2	Consultório 23	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 21	SPLIT - LG VRF	21900	1
Ambulatório 2	Consultório 24	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 25	SPLIT - LG VRF	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 20	SPLIT - Panasonic	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 26	SPLIT - LG VRF	9600	1
Ambulatório 2	Consultório 27	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 19	SPLIT - Elgin	29000	1
Ambulatório 2	Consultório 19	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 28	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 18	SPLIT - Elgin	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 18	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 29	SPLIT - LG VRF	9600	1
Ambulatório 2	Consultório 30	SPLIT - Elgin	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 30	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 17	SPLIT - TCL	18000	1
Ambulatório 2	Consultório 17	SPLIT - LG VRF	10900	1
Ambulatório 2	Consultório 16	SPLIT - LG VRF	13600	1
Ambulatório 2	Consultório 31	SPLIT - LG VRF	10900	1
Centro Cirúrgico	Sala 06	SPLIT - TCL	24000	1
Centro Cirúrgico	Sala 06	SPLIT - Panasonic	22000	1
Centro Cirúrgico	Sala 05	SPLIT - TCL	24000	1
Centro Cirúrgico	Sala 05	SPLIT - Panasonic	22000	1

Centro Cirúrgico	Sala 04	SPLIT - Elgin	30000	1
Centro Cirúrgico	Sala 04	SPLIT - Elgin	30000	1
Centro Cirúrgico	Estar médico	SPLIT - Panasonic	18000	1
Centro Cirúrgico	Sala de recuperação	SPLIT - Springer	18000	1
Centro Cirúrgico	Repouso Enfermagem	SPLIT - Midea	12000	1
Centro Cirúrgico	Farmácia Satélite CC	SPLIT - Electrolux	18000	1
Centro Cirúrgico	Sala 03	SPLIT - Consul	22000	1
Centro Cirúrgico	Sala 03	SPLIT - Panasonic	22000	1
Centro Cirúrgico	Coordenação	Split - Yang	18000	1
Centro Cirúrgico	Sala 02	Split - Elgin	18000	1
Centro Cirúrgico	Sala 02	Split - Panasonic	22000	1
Centro Cirúrgico	Sala 01	Split Springer	18000	1
Centro Cirúrgico	Recepção pacientes	Split - Panasonic	12000	1
Centro Cirúrgico	Repouso dos cirurgiões	Split - Elgin	12000	1
Centro Cirúrgico	Repouso dos anestesistas	Split - Springer	24000	1
HIAS	Cirurgia Segura	Split - Philco	18000	1
HIAS	Cidade da Criança	Split - Panasonic	12000	1
Bloco B	Sala de procedimentos	Split - Yang	12000	1
Bloco B	Repouso	Spit - Green	9000	1
Bloco B	Enfermaria 201	Split - Elgin	18000	1
Bloco B	Sala de prescrição	Split - Midea	18000	1
Bloco B	Enfermaria 202	Split - Midea	18000	1
Bloco B	Posto	Split - Midea	18000	1
Bloco B	Copa	Split - Yang	18000	1
Bloco B	Enfermaria 206	Split - Midea	24000	1
Bloco B	Enfermaria 203	Split - Midea	30000	1
Bloco B	Enfermaria 205	Split - Midea	30000	1
Bloco B	Enfermaria 204	Split - Midea	24000	1
Bloco B	Repouso dos médicos	Split - Midea	12000	1
Bloco B	Cuidados paliativos pediátricos	Split - Midea	12000	1
UTI 3	Isolamento 1	Split - Philco	18000	1
UTI 3	Isolamento 2	Split - Philco	18000	1
Emergência	Isolamento	Split - Philco	12000	1
Bloco A	Repouso Enfermagem	Split - Agratto	9000	1



HOSPITAL
INFANTIL
ALBERT SABIN



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Bloco A	Repouso dos médicos	Split - Tempstar	18000	1
Bloco A	Enfermaria 703	Split - Agratto	18000	1
Bloco A	Sala de prescrição	Split - Elgin	18000	1
Bloco A	Posto de enfermagem	Split - Elgin	18000	1
Bloco A	Enfermaria 701	Split - Agratto	18000	1
Bloco A	Enfermaria 702	Split - Agratto	18000	1
Bloco A	Enfermaria 700	Split - Agratto	18000	1
Bloco A	Data Center	Split - Panasonic	22000	1
Bloco A	Data Center	Split - Springer	18000	1
Bloco A	Data Center	Split - Samsung	29000	1
Bloco A	CEVEN	Split - Agratto	18000	1
Bloco A	CEVEN	Spit - Electrolux	18000	1
Nutrição	Coordenação	Split - TCL	12000	1
Nutrição	Área de beneficiamento saladas	Split - Green	24000	1
Nutrição	Enteral	Split - Brize	12000	1
Nutrição	Área de lavagem e esterilização mamadeiras	Split - Yang	18000	1
Nutrição	Nutrição clínica	Split - Green	9000	1
Nutrição	Estoque leites	Split - Green	30000	1
Nutrição	Refeitório	Split - Admiral	60000	1
Nutrição	Sala de corte	Split - Panasonic	9000	1
UCP	Corredor	Split - Carrier	60000	1
UCP	Enfermaria 202	Split - Philco	18000	1
UCP	Enfermaria 203	Split - Midea	18000	1
UCP	Enfermaria 204	Split - Comfee	22000	1
UCP	Enfermaria 205	Split - Comfee	22000	1
UCP	Isolamento 206	Split - TCL	12000	1
UCP	Enfermaria 205 B	Split - LG	24000	1
UCP	Enfermaria 207	Split - Comfee	22000	1
UCP	Corredor	Split - Midea	36000	1
UCP	Posto de enfermagem	Split - LG VRF		1
UCP	Sala multiprofissional	Split - Elgin	24000	1
UCP	Copa	Split - Hitachi	36000	1
UCP	Estar	Split - Elgin	12000	1
UCP	Estar	Split - Elgin	12000	1
UCP	Coordenação	Split - Midea	12000	1
UTI 1	Repouso feminino	Spit - TCL	9000	1
UTI 1	Repouso masculino	Split - TCL	9000	1
UTI 1	Sala multiprofissional	Split - TCL	9000	1
UTI 1	Repouso	Spit - TCL	12000	1
UTI 1	Parenteral	Split - Springer	9000	1
UTI 1	Parenteral	Split - Elgin	12000	1
Serviço Social	Serviço Social	Split - Komeco	12000	1
Serviço Social	Coordenação	Split - Midea	12000	1
Serviço	Repouso	Split - Fugtsu	12000	1

Social				
Fisioterapia	Repouso	Split - Panasonic	22000	1
Fisioterapia	Coordenação	Split - Janelheiro	10000	1
HIAS	Coordenação de Enfermagem	Split - Elgin	12000	1
Rouparia	Sala 1	Split - Comfee	22000	1
Rouparia	Sala 2	Split - Panasonic	18000	1
Rouparia	Sala 3	Split - Midea	12000	1
Farmácia Central	Sala dose	Split - Midea	24000	1
Farmácia Central	Sala	Split - Midea	18000	1
Farmácia Central	CAF	Split - Springer	36000	1
Farmácia Central	CAF	Split - Electrolux	18000	1
Farmácia Central	CAF	Split - Electrolux	18000	1
Farmácia Central	Sala chefia	Split - Comfee	12000	1
Setor de imagem	Digitação dos laudos	Split - Midea	12000	1
Setor de imagem	Raio-x	Split - Elgin	24000	1
Setor de imagem	Raio-x	Split - Elgin	30000	1
Setor de imagem	Revelação digital	Split - Panasonic	12000	1
Setor de imagem	Pós anestésico	Split - Panasonic	18000	1
Setor de imagem	Sala de comando	Split - Komeco	24000	1
Setor de imagem	Tomografia	Split - Springer	60000	1
Setor de imagem	Tomografia	Split - Bryant	60000	1
Setor de imagem	Coordenação do centro de imagem	Split - Midea	12000	1
Setor de imagem	Ultrasson e ecocardiograma	Split - Midea	18000	1
Setor de imagem	Ultrasson e ecocardiograma	Split - Elgin	18000	1
HIAS	Sala de estatística	Split - Yang	12000	1
HIAS	Agência transfucional	Split - Comfee	18000	1
Ortopedia	Consultório 03	Split - Carrier	18000	1
Ortopedia	Consultório	Split - Carrier	18000	1
Ortopedia	Gesso	Split - Panasonic	18000	1
HIAS	Repouso médico das residentes	Split - Fujitsu	12000	1

SDH	Coordenação de Psicologia	Split - Elgin	18000	1
HIAS	SAME Arquivo	Split - Electrolux	60000	1
HIAS	Arquivo	Split - Yang	18000	1
HIAS	Arquivo	Split - Midea	18000	1
HIAS	Guarda volume	Split - Comfee	22000	1
HIAS	Ouvidoria	Split - Consul	12000	1
HIAS	Protocolo recepção	Split - Midea	12000	1
HIAS	Imunização	Split - Elgin	30000	1
HIAS	Imunização	Split - Electrolux	12000	1
HIAS	Imunização	Split - Midea	24000	1
HIAS	Diretoria Administrativo-Financeira	Split - Elgin	12000	1
HIAS	Diretoria Administrativo-Financeira	Split - Elgin	12000	1
HIAS	Direção clínica	Split - Midea	24000	1
HIAS	Direção clínica	Split - Elgin	12000	1
HIAS	Direção clínica	Split - Elgin	12000	1
HIAS	Direção geral	Split - TCL	24000	1
HIAS	Direção geral	Split - TCL	24000	1
HIAS	Sala de reunião	Split - Panasonic	12000	1
HIAS	Sala de reunião	Split - Green	18000	1
HIAS	NGAC	Split - Agratto	18000	1
HIAS	NGAC	Split - Agratto	18000	1
HIAS	Central de leitos	Split - Agratto	18000	1
HIAS	NGAC Cirurgia	Split - Panasonic	12000	1
HIAS	Hospital dia	Split - Elgin	36000	1
HIAS	Hospital dia	Split - Midea	12000	1
NETIIF	Sala 03	Split - Midea	12000	1
Eletoencefalograma	Sala 09	Split - Elgin	12000	1
Eleto cardiograma	Sala 11	Split - Midea	12000	1
HIAS	CCIH	Split - Electrolux	12000	1
HIAS	CCIH	Split - Electrolux	12000	1
HIAS	Núcleo Gestor	Split - Springer	18000	1
HIAS	Núcleo Qualidade	Split - Electrolux	18000	1
HIAS	Núcleo Qualidade	Split - Agratto	18000	1
HIAS	Gerência de risco	Split - Springer	18000	1
HIAS	Farmácia ambulatorial	Split - Springer	30000	1
HIAS	Farmácia ambulatorial	Split - Springer	12000	1
HIAS	Ascom	Split - Elgin	9000	1
HIAS	Repouso dos maqueiros	Split - York	12000	1
Fonoaudiologia	Consultório 1	Split - Panasonic	12000	1

HIAS	Sala do Patrimônio	Split - Midea	12000	1
HIAS	Time de acesso vascular	Split - Comfee	9000	1
HIAS	Time de acesso vascular	Split - Comfee	9000	1
HIAS	Time de acesso vascular	Split - Comfee	9000	1
HIAS	Arquivo tomografia	Split Consul	10000	1
HIAS	Arquivo tomografia	Split - Electrolux	12000	1
Fonoaudiologia	Exame auditivo	Split - Electrolux	10000	1
Fonoaudiologia	Coordenação	Split Midea	12000	1
HIAS	CIHDOTT	Split - Elgin	9000	1
HIAS	Xerox	Split - Panasonic	12000	1
HIAS	Sala de estudos	Split - Midea	22000	1
Centro de estudos	Recepção	Split - Elgin	12000	1
Centro de estudos	Comitê de Ética	Split - Elgin	9000	1
Centro de estudos	Residência médica internato	Split - Consul	9000	1
Centro de estudos	Coordenação	Split - Janeiro	10000	1
Centro de estudos	Núcleo hospitalar de epidemiologia	Split - Midea	18000	1
Centro de estudos	Auditório	Split - Janeiro	10000	1
Centro de estudos	Auditório	Split - Janeiro	30000	1
Centro de estudos	Núcleo de educação permanente	Split - Electrolux	7500	1
HIAS	Almoxarifado	Split - Comfee	22000	1
HIAS	CMMH	Split - Midea	24000	1
HIAS	CMMH	Split - TCL	18000	1
HIAS	CMMH	Split - Janeiro	10000	1
HIAS	CMMH	Split - Electrolux	9000	1
HIAS	CMMH	Split - Komeco	9000	1
HIAS	CMMH	Split - Janeiro	9000	1
HIAS	CMMH	Split - Green	18000	1
HIAS	CMMH	Split - Midea	18000	1
SESMT	Springer	Split - Springer	18000	1
SESMT	Midea	Split - Midea	12000	1
SESMT	Janeiro	Split - Janeiro	7500	1
HIAS	TI	Split - Midea	22000	1
HIAS	TI	Split - Yang	18000	1
HIAS	SDH	Split - Springer	18000	1
HIAS	SDH	Split - Electrolux	9000	1
HIAS	SDH - Psicologia Organizacional	Split - Elgin	12000	1

HIAS	Same Cobrança	Split - Janelheiro	10000	1
HIAS	Same Cobrança	Split - Midea	24000	1
HIAS	Same comissão	Split - Yang	18000	1
HIAS	Sala das residentes	Split - Britania	18000	1
HIAS	Sala das residentes	Split - Consul	18000	1
HIAS	Contas médicas	Split - Midea	12000	1
HIAS	Contas médicas	Split - Fugtsu	24000	1
HIAS	Contas médicas	Split - Yang	24000	1
Setor pessoal	Recepção	Split - Panasonic	18000	1
Setor pessoal	Copa	Split - Midea	12000	1
Setor pessoal	Sala	Split - Comfee	22000	1
Setor pessoal	Sala	Split - Consul	12000	1
Setor pessoal	Sala	Split - Panasonic	12000	1
Serviços Gerais	Coordenação	Split - Elgin	18000	1
HIAS	Velório	Split - Midea	18000	1
HIAS	Manutenção	Split - Springer	18000	1
HIAS	Manutenção	Split - Elgin	18000	1
HIAS	Manutenção	Split - Midea	18000	1
Laboratório	Sala microbiologia	Split - Agratto	22000	1
Laboratório	Sala uro análise	Split - Springer	18000	1
Laboratório	Sala chefia	Split - Elgin	18000	1
Laboratório	Laboratório de bioquímica	Split - Midea	18000	1
Laboratório	Laboratório de bioquímica	Split - Electrolux	18000	1
Laboratório	Laboratório de bioquímica	Split - Midea	18000	1
Laboratório	Laboratório de bioquímica	Split - Springer	36000	1
Laboratório	Laboratório de hematologia	Split - Midea	22000	1
Laboratório	Laboratório de hematologia	Split - Yang	24000	1
Laboratório	Recepção	Split - Midea	12000	1
Laboratório	Coleta	Split - Elgin	24000	1
Laboratório	Suor	Split - Carrier	9000	1
HIAS	Arquivo do Same	Split - Electrolux	18000	1
Banco de leite	Recepção	Split - Electrolux	9000	1
Banco de leite	Sala pasteurização	Split - Elgin	12000	1
Banco de leite	Laboratório	Split - Philco	18000	1
Banco de leite	Sala da coleta das mães	Split - Midea	12000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Paramentação	Split - Panasonic	18000	1
Centro de referência em	Paramentação	Split - Janelheiro	7500	1

diagnóstico do câncer				
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Citogenética	Split - Midea	22000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Citogenética manuseio	Split - Yang	9000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Hematologia	Split - Panasonic	22000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Imunofenotipagem	Split - Janeiro	10000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Imunofenotipagem	Split - Consul	18000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Imunofenotipagem	Split - Yang	12000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Biologia molecular	Split - Panasonic	22000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Genética	Split - Elgin	12000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Genética	Split - Elgin	12000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Genética	Split - Consul	7500	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Patologia macroscopia	Split - Elgin	18000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Recepção e área técnica	Split - Yang	12000	1
Centro de referência em	Recepção e área técnica	Split - Yang	12000	1

diagnóstico do câncer				
Centro de referência em diagnóstico do câncer	IHQ Coloração	Split - Yang	12000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Microscopia	Split - Panasonic	18000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Arquivo	Split - Panasonic	18000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Depósito do soro	Split - Midea	30000	1
Centro de referência em diagnóstico do câncer	Depósito do soro	Split - Springer	24000	1
Engenharia clínica	Oficina	Split - Elgin	12000	1
Engenharia clínica	Engenharia clínica	Split - Elgin	18000	1
PAD	Recepção	Split - Electrolux	60000	1
PAD	Sala	Split - Elgin	18000	1
PAD	Sala	Split - Midea	24000	1
PAVD	Sala	Split - Midea	18000	1
PAVD	Sala	Split - Elgin	12000	1
Transportes	Sala	Split - TCL	18000	1
HIAS	Área de vigilância	Split - Fugtsu	12000	1
Pátio Vila	Patrimônio	Split - Carrier	22000	1
Pátio Vila	Arquivo protocolo	Split - Springer	18000	1
Pátio Vila	Seção de custo	Split - Elgin	18000	1
Pátio Vila	Comissão de revisão de prontuários	Split - Springer	18000	1
Pátio Vila	Unidade de finanças	Split - Springer	18000	1
Pátio Vila	Finanças	Split - Springer	18000	1
Pátio Vila	Jurídico	Split - Springer	18000	1
Pátio Vila	Compras	Split - Elgin	18000	1
Pátio Vila	Compras	Split - TCL	12000	1
Pátio Vila	Célula de Contratos	Split - Tempstar	12000	1
Higia	Recepção	Split - Elgin	30000	1
Higia	Consultório 1	Split - Elgin	9000	1
Higia	Consultório 1	Split - Carrier	9000	1
Higia	Consultório 2	Split - Green	12000	1
Higia	Consultório 3	Split - Elgin	18000	1
Higia	Consultório 4	Split - Carrier	18000	1

Higia	Fonoaudiologia Noel	Split - Elgin	9000	1
Higia	Noel Terapia Ocupacional	Split - Carrier	18000	1
Higia	Noel Fisioterapia	Split - Midea	36000	1
Higia	Consultório médico	Split - Elgin	9000	1
Higia	Consultório médico	Split - Carrier	18000	1
Higia	Consultório nutricional	Split - Springer	24000	1
Higia	Nutrição	Split - Carrier	12000	1
Higia	Recepção principal	Split - Springer	36000	1
Higia	Enfermagem	Split - TCL	12000	1
Higia	Consultório médico	Split - Carrier	9000	1
Higia	Estoque da fórmula	Split - TCL	24000	1
Higia	Dispensação da fórmula	Split - TCL	24000	1
Higia	Dispensação da fórmula	Split - TCL	24000	1
Higia	Consultório 5	Split - Elgin	12000	1
Higia	Consultório	Split - Elgin	9000	1
Higia	Coordenação	Split - TCL	18000	1
Higia	Consultório médico	Split - Carrier	9000	1
Higia	Serviço Social NOEL/NAIF	Split - Yang	9000	1
Higia	Coordenação APLV	Split - Carrier	22000	1
Higia	Coordenação APLV	Split - Carrier	18000	1
Higia	Refeitório	Split - Springer	22000	1
Higia	Sala	Split - Carrier	36000	1
Higia	SDC	Split - Elgin	36000	1
Higia	SDC	Split - Elgin	36000	1
Higia	SDC	Split - Elgin	9000	1
Higia	SDC	Split - Elgin	9000	1
Higia	Informática	Split - Elgin	12000	1
Higia	Sala dos motoristas	Split - Yang	18000	1
Higia	Observação	Split - Carrier	60000	1
Higia	Máquina dutada	Split - Trane	5 ton	1
Higia	Máquina dutada	Split - Trane	20 ton	1
Higia	Sala 5	Split - Carrier	18000	1
Higia	Sala 5	Split - Carrier	18000	1
Higia	Sala 5	Split - Carrier	12000	1
Higia	Sala 5	Split - Elgin	30000	1
TOTAL				412

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO CPC.

LOCA L	LOCAL	MARC A	DESCRIPTIVO	CAPACID ADE	QUAN TIDA DE
CPC	Espaço Jorge André	Hitachi	Unidade evaporadora cassete; - 380V com condensadora	55.000BT US	1
CPC	Espaço Jorge André	Hitachi	Unidade evaporadora cassete; - 380V com condensadora	55.000BT US	1

CPC	Ler faz bem	Elgin	Unidade evaporadora cassete; - 220V; painel 4vias	24.000BT US	1
CPC	Ler faz bem	Elgin	UNIDADE CONDENSADORA universal 24K 1F - R410A - 220V	0	1
CPC	Refeitório		EXAUSTOR HELICOCENTRIFUGO vazão 600m³/h; modelo TD-1000/200 silent; P.E 25mmca; consumo 140W/220V-60Hz	0	1
CPC	Refeitório		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	30.000BT US	1
CPC	Refeitório		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	30.000BT US	1
CPC	Refeitório		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	30.000BT US	1
CPC	Refeitório		UNIDADE CONDENSADORA universal 30K	0	1
CPC	Refeitório		UNIDADE CONDENSADORA universal 30K	0	1
CPC	Refeitório		UNIDADE CONDENSADORA universal 30K	0	1
CPC	Refeitório		VENTILADOR HELICOCENTRIFUGO vazão 600m³/h; modelo TD-1000/200 silent; P.E 25mmca; consumo 140W/220V-60Hz c/ caixa filtrante filtro M5 modelo MFL-200	0	1
CPC	Espaço multiativida des		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	24.000BT US	1
CPC	Espaço multiativida des		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	24.000BT US	1
CPC	Espaço multiativida des		UNIDADE CONDENSADORA universal 24K	0	1
CPC	Espaço multiativida des		UNIDADE CONDENSADORA universal 24K	0	1
CPC	Estar família		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	18.000BT US	1
CPC	Estar família		Unidade evaporadora cassete 4 vias; - 220V/1F/60HZ	18.000BT US	1
CPC	Estar família		UNIDADE CONDENSADORA universal 18K	0	1
CPC	Estar família		UNIDADE CONDENSADORA universal 18K	0	1
CPC	Cineminha		UNIDADE CONDENSADORA universal 9K	0	1
CPC	Cineminha		Unidade evaporadora split gabinete modelo hi wall; - 220V/1F/60HZ	9.000BTU S	1
CPC	Descanso família		UNIDADE CONDENSADORA universal 12K	0	1
CPC	Descanso família		Unidade evaporadora split gabinete modelo hi wall; - 220V/1F/60HZ	12.000BT US	1
CPC	Recepção		unidade evaporadora cassete; 7,1KW;	0	1

			vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto		
CPC	Recepção		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	Recepção		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	Espaço brinquedoteca / recepção	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo RAS10FSN7B ; 22,7KW; fator de simultaneidade 115%; potência 7,8KW; tensão 380V/3F/60Hz (instalada laje técnica CPC)	48.000BT U	1
CPC	Sala capela fluxo laminar	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo RAS10FSN7B (instalada laje técnica 1º pav CPC)	48.000BT U	1
CPC	Sala capela fluxo laminar	Air Quality	Unidade de tratamento de ar	0	1
CPC	Coordenação Médica		Unidade evaporadora de parede; 4,0KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,5 com controle remoto	0	1
CPC	Cordenação social APP		Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,0 com controle remoto	0	1
CPC	sala arquivo		Unidade evaporadora de parede; 5,6KW; vazão 840m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-2,0 com controle remoto	0	1
CPC	Serviço social		Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,0 com controle remoto	0	1
CPC	Voluntariado		Unidade evaporadora de parede; 4,0KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,5 com controle remoto	0	1
CPC	Auditório		unidade evaporadora cassete; 14,2KW; vazão de ar 1830m³/h; potência 220W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-5,0 com controle remoto	0	1
CPC	Área serv. Social	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD.RAS8FSN7B - NS.RAS...; capacidade nominal 22,7KW; fator de simultaneidade 118%; potência 6,0KW; tensão 380V/3F/60Hz	0	1

CPC	Recepção		Unidade evaporadora teto; capacidade nominal 5,6KW; vazão 820m³/h; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPC 2,0 com controle remoto	0	1
CPC	Recepção		Unidade evaporadora teto; capacidade nominal 5,6KW; vazão 820m³/h; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPC 2,0 com controle remoto	0	1
CPC	Hall auditório		Unidade evaporadora de parede; 4,0KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,5 com controle remoto	0	1
CPC	Hall auditório		Unidade evaporadora de parede; 4,0KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,5 com controle remoto	0	1
CPC	Sala registro		Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK1,0 com controle remoto	0	1
CPC	Recepção	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo RAS040H7E - 0 (instalada laje técnica 1º pav CPC)	48.00BTU	1
CPC	Sala compressor	Midea	Split HW Airvolution Springer Midea	22.000 btus	1
CPC	Sala compressor	LG	Split	18.000 BTUS	1
CPC	Casa de máquinas	Hitachi	Unidade Condensadora	0	1
CPC	Geral		Unidade Condensadora 48K	48000 BTU	1
CPC	Geral		Unidade interna sistema dutado de alta pressão, ; consumo 420W 220V/1F/60hz	47.800BT U	1
CPC	Sala de emergência		Condensadora	24.000 BTU	1
CPC	Sala de emergência		Condensadora	24.000 BTU	1
CPC	Sala de emergência		Unidade interna modelo built in dutado (modelo referência 42BHA 02 fabricação carrier) capacidade 2TR - ; vazão 1.200m³/h; filtragem G4+F8+ISSO H35; pressostato de filtro sujo; consumo 750W / 220V/ 1F/ 60Hz	24.000BT U	1
CPC	Sala de emergência		Unidade interna modelo built in dutado (modelo referência 42BHA 02 fabricação carrier) capacidade 2TR - ; vazão 1.200m³/h; filtragem G4+F8+ISSO H35; pressostato de filtro sujo; consumo 750W / 220V/ 1F/ 60Hz	24.000BT U	1
CPC	Sala manipulação		Condensadora	12.000 BTU	1

	o				
CPC	Sala manipulaçã o		Unidade interna modelo built in dutado (modelo referência 42BHA 01 fabricação carrier) capacidade 1TR - ; vazão 640m³/h; filtragem G4+F8+ISSO H35; pressostato de filtro sujo; consumo 750W / 220V/ 1F/ 60Hz	12.000BT U	1
CPC	Sala manipulaçã o		Condensadora	12.000 BTU	1
CPC	Sala manipulaçã o		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade 12.000BTU/h; consumo 1,4KW 220V/ 1F/ 60Hz	0	1
CPC	Farmácia		Condensadora	9.000 BTU	1
CPC	Farmácia		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall;; consumo 1KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU	1
CPC	Recepção		Unidade interna, sistema VRF, modelo cassete 4 vias, capacidade 3,6HP ; consumo 75W / 220V/1F/60Hz	34.100Btu	1
CPC	Recepção		Unidade interna, sistema VRF, modelo cassete 4 vias, capacidade 4HP / ; consumo 75W / 220V/1F/60Hz	38.200Btu	1
CPC	Recepção		Unidade interna, sistema VRF, modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP / ; consumo 45W / 220V/1F/60Hz	24.200Bt u	1
CPC			Unidade externa sistema VRF capacidade 12HP / 33,5KW; consumo 9,1KW / 380V / 3F / 60Hz; peso 250Kg	0	1
CPC	CPD		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,6HP / , consumo 40W / 220V/1F/60Hz	15.400Btu /h	1
CPC	Guarda volumes		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,6HP / , consumo 40W / 220V/1F/60Hz	15.400Btu /h	1
CPC			Unidade externa sistema VRF capacidade 18HP / 50KW; consumo 15KW / 380V / 3F / 60Hz; peso 350Kg	0	1
CPC	Coordenaç ão Médica		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Cordenaçã o social APP		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Bt u/h	1
CPC	Descanso família óbito		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Bt u/h	1
CPC	Recepção		Unidade interna, sistema VRF, modelo cassete 4 vias, capacidade 4HP / , consumo 75W / 220V/1F/60Hz	38.200Btu /h	1
CPC	Sala coleta		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Bt u/h	1

CPC	Serviço social		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Btu/h	1
CPC	Voluntariado		Unidade interna, sistema VRF, modelo HI WALL, capacidade 1,25HP / , consumo 30W / 220V/1F/60Hz	12.300Btu/h	1
CPC	Velório		Condensadora	9.000 BTU	1
CPC	Velório		Condensadora	9.000 BTU	1
CPC	Velório		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade ; consumo 1KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC	Velório		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade ; consumo 1KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC	Contas médicas		Condensadora	12.000 BTU	1
CPC	Contas médicas		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade ; consumo 1,4KW 220V/ 1F/ 60Hz	12.000BTU/h	1
CPC	Sala apoio programas sociais		Condensadora	9.000 BTU	1
CPC	Sala apoio programas sociais		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade; consumo 1KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC	Arquivo		Condensadora	9.000 BTU	1
CPC	Arquivo		Condicionador de ar tipo split gabinete hi wall; capacidade; consumo 2KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC			Unidade externa sistema VRF consumo 30KW / 380V / 3F / 60Hz	0	1
CPC	Apoio farmácia		Unidade interna, sistema VRF, modelo split gabinete hi wall; ; consumo 2KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC	Farmácia		Unidade interna, sistema VRF, modelo split gabinete hi wall; consumo 1KW 220V/ 1F/ 60Hz	9.000BTU/h	1
CPC	Técnica médica		Unidade interna, sistema VRF, modelo split gabinete hi wall; consumo 1,4KW 220V/ 1F/ 60Hz	12.000BTU/h	1
CPC	Sanit. PNE		Exaustor centrífugo vazão 950m³/h; pressão 40mmca; motor elétrico 0,5CV; modelo de referência CSS180	0	1
CPC	Vest. Acompanhante Fem.		Exaustor centrífugo vazão 700m³/h; pressão 40mmca; motor elétrico 0,5CV; modelo de referência CSS160	0	1
CPC	Vest. Func. Masc.		Exaustor centrífugo vazão 950m³/h; pressão 40mmca; motor elétrico 0,5CV; modelo de referência CSS180	0	1

CPC	Vest. Func. Fem.		Exaustor centrífugo vazão 1.050m³/h; pressão 40mmca; motor elétrico 0,5CV; modelo de referência CSS180	0	1
CPC	Vest. Acompanhante Masc.		Exaustor centrífugo vazão 700m³/h; pressão 40mmca; motor elétrico 0,5CV; modelo de referência CSS160	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 40W	0	1
CPC	Recepção consultórios	Daikin	AR CONDICIONADO CASSETE MOD. RCI2,0FSNB2 (OUT DOOR USE) 220 - 80W	0	1
CPC	Consultório	Daikin	UNIDADE CONDENSADORA MOD. TRMXYQ12AYL - 4.0 MPA, 9,10KW 12HP	0	1
CPC	Enfermaria	Carrier	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo 38CCLL090235MC - 90KFR - 380 - R410A - pressão nominal sucção (MPa) 1.724 - PRESSÃO DE DESCARGA (MPa) 4.137	0	1
CPC	Enfermaria	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo RAP080E7S - 87.300BTU/H 25,6KW - PRESSÃO MÁXIMA PERMITIDA LINHA DE ALTA 4,15	0	1
CPC	Enfermaria	Trox	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR - Modelo TKZ-100/1330 X 2760 X 2880 - DX - 380 - VAZÃO 10.200 M³/H - MOTOR 7.5/4CV ROTAÇÃO 1.934-RPM COD. BR.1307592/TKZ (instalado casa de máquinas expansão)	0	1
CPC	Espaço do adolescente	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1 com controle remoto	0	1
CPC	Espaço do adolescente	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1 com controle remoto	0	1
CPC	Psicologia		Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1 com controle remoto	0	1

CPC	Repouso médico		Unidade evaporadora de parede; 2,2KW; vazão 450m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-0,8 com controle remoto	0	1
CPC	Repouso médico		Unidade evaporadora de parede; 2,2KW; vazão 450m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-0,8 com controle remoto	0	1
CPC	Estar médico		Unidade evaporadora cassete; 5,6KW; vazão 900m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-2,0 com controle remoto	0	1
CPC	Recepção consultórios expansão		Unidade evaporadora cassete; 5,6KW; vazão 900m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-2,0 com controle remoto	0	1
CPC	Estar médico	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD.RAS10FSN7B; 22,7KW; fator de simultaneidade 115%; potência 7,8KW; tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	Consultório 01	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	Consultório 02	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	Consultório 03	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	Consultório 04	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	Consultório nutrição	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	sala coleta	Hitachi	Unidade evaporadora de parede; 2,8KW; vazão 600m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-1	0	1
CPC	Circulação consultórios		unidade evaporadora cassete; 4,3KW; vazão de ar 780m³/h; potência 60W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-1,5	0	1
CPC	Recepção consultórios		unidade evaporadora cassete; 11,2KW; vazão de ar 1920m³/h; potência 210W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-4,0	0	1
CPC	Recepção QT. Dia		unidade evaporadora cassete; 8,4KW; vazão de ar 1210m³/h; potência 140W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-3,0	0	1
CPC	Consultório	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA	0	1

			MOD.RAS12FSN7B; capacidade nominal 33,5KW; fator de simultaneidade 120%; potência 9,2KW; tensão 380V/3F/60Hz;		
CPC	Brinquedoteca	Hitachi	unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	Circulação QT dia		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	QT. Dia 01		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	QT. Dia 02		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	QT. Dia 03		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	QT. Dia 04		unidade evaporadora cassete; 7,1KW; vazão de ar 1080m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK-2,5 com controle remoto	0	1
CPC	QT. Dia	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD.RAS8FSN7B; capacidade nominal 22,7KW; fator de simultaneidade 118%; potência 6,0KW; tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC			Unidade externa sistema VRF capacidade 32HP / 90KW; consumo 24,5KW / 380V / 3F / 60Hz; peso 500Kg	0	1
CPC	Brinquedoteca		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3,6HP /; consumo 75W 220V/ 1F/ 60Hz	34.100Btu/h	1
CPC	Circulação consultório		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 1 via capacidade 2HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	19.100Btu/h	1
CPC	Circulação QT dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 1 via capacidade 2HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	19.100Btu/h	1
CPC	Circulação QT dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3,2HP /; consumo 75W 220V/ 1F/ 60Hz	30.700Btu/h	1
CPC	Consultório 01		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu/h	1
CPC	Consultório 02		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W	12.300Btu/h	1

			220V/ 1F/ 60Hz		
CPC	Consultório 03		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Consultório 04		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Consultório especialidade		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Consultório especialidade		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Espera consultórios antigos		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias 2,5HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	Procedimentos		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,6HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	19.100Btu /h	1
CPC	QT. Dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3HP / ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu /h	1
CPC	QT. Dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3HP / ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu /h	1
CPC	QT. Dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3HP / ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu /h	1
CPC	QT. Dia		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3HP / ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu /h	1
CPC	QT dia/ consultórios antigos/ brinquedoteca		Unidade interna sistema VRF modelo dutado de alta pressão;; consumo 420W 220V/1F/60hz	47.800BT U/h	1
CPC			Unidade externa sistema VRF capacidade 12HP / 3,5KW; consumo 9,1KW / 380V / 3F / 60Hz; peso 250Kg	0	1
CPC	Conforto médico fem.		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Conforto médico masc.		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,25HP ; consumo 30W 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	Espera consultórios novos		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 4HP /; consumo 75W 220V/ 1F/ 60Hz	38.200Btu /h	1
CPC	Estar médico		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 3,0HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu /h	1

CPC	Psicologia		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1,6HP ; consumo 30W 220V/ 1F/ 60Hz	15.400Btu /h	1
CPC	Conforto médico/ espera consultórios novos/ psicologia/ espaço adolescent e/ circulação / aBC+ saúde		Unidade interna sistema VRF modelo dutado de alta pressão, capacidade 3,2HP ; consumo 220W 220V/1F/60hz	30.700BT U/h	1
CPC			Unidade externa sistema VRF capacidade 20HP / 56KW; consumo 18KW / 380V / 3F / 60Hz; peso 350Kg	0	1
CPC	ABC + saúde		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 1,6HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	15.400Btu /h	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 1,6HP /; consumo 30W 220V/ 1F/ 60Hz	15.400Btu /h	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 2,5HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 2,5HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 5HP /; consumo 100W 220V/ 1F/ 60Hz	47.800Btu /h	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 5HP /; consumo 100W 220V/ 1F/ 60Hz	47.800Btu /h	1
CPC	Espaço do adolescent e		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias capacidade 2,5HP /; consumo 50W 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	Repouso auxiliar		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall; capacidade 1HP ; consumo 30W 220V/ 1F/ 60Hz	9.600Btu/ h	1
CPC	Utilidades		Exaustor centrífugo inline vazão 330m³/h; pressão 20mmca; 220V/ 1F/ 60Hz, modelo TD silent-500/160; consumo 65W	0	1
CPC	Complexo cirúrgico		UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP075EL, gás R410, tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	Complexo cirúrgico		UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP110DL, gás R410, tensão 380V/3F/60Hz	0	1

CPC	Complexo cirúrgico		UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR; capacidade nominal 17,5TR; MOD. TKZ-130 - DX ; vazão 11.900 M³/H - motor 3CV/4P , filtragem G4 e F7	0	1
CPC	C.C. médio porte		UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP48AL, gás R410, tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	C.C. médio porte		UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR, capacidade nominal 4TR; filtragem G4, F7 e A3; MOD. TED 040 - vazão 2.720 M³/H - motor 3CV/4P	0	1
CPC	C.C. grande porte		UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP50EL, gás R410, tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	C.C. grande porte		UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR, capacidade nominal 5TR; filtragem G4, F7 e A3; MOD. TED 050 - vazão 3.400 M³/H - motor 3CV/4P	0	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 3HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	30.000Btu/h	1
CPC	Circulação		Condensadora	30.000Btus	1
CPC	Circulação		Unidade evaporadora modelo cassete 4 vias	18.000Btus/h	1
CPC	Circulação		Condensadora	18.000Btus	1
CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 3HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	30.000Btu/h	1
CPC	Circulação		Condensadora	30.000Btus	1
CPC	Estar família		Unidade interna modelo hi wall; capacidade	18.000Btu/h	1
CPC	Estar família		Condensadora	18.000Btus	1
CPC	Espera		Unidade interna modelo hi wall; capacidade	18.000Btu/h	1
CPC	Espera		Condensadora	18.000Btus	1
CPC	UTI	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAM100C75 (instalada varanda técnica CPC)	0	1
CPC	UTI	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 9TR - Modelo ILQ9 (instalado casa de máquina CPC)	0	1
CPC	UTI	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA 380V/60HZ/3F MOD. RAP080E7S; 7,5TR (instalada varanda técnica CPC)	0	1
CPC	UTI	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA 380V/60HZ/3F MOD. RAP110D7S; 11TR (instalada varanda técnica CPC)	0	1

CPC	UTI	Berline r Luft	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR - Modelo EC16 - CP 36.288-01 - 17,5TR - COD.19.06 36288.010.001 (instalada casa de máquina CPC)	0	1
CPC	UTI	Trox	INSUFLADOR DE AR ESTERIL HOSPITALAR Cod.23889/IAE-H3-V2 (instalado laje técnica 3° pavimento expansão)	0	1
CPC	UTI	Trox	INSUFLADOR DE AR ESTERIL HOSPITALAR Cod.23889/IAE-H3-V2 (instalado laje técnica 3° pavimento CPC)	0	1
CPC	Repouso enfermage m		Unidade evaporadora de parede; 2,2KW; vazão 450m³/h; potência 30W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo referência RPK-0,8 copm controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 01	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 01	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 02	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 02	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	Recepção QT. Sequencial	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC		Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD.RAS10FSN7B; 22,7KW; fator de simultaneidade 115%; potência 7,8KW; tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	QT. Sequencial 03	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 03	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT. Sequencial 04	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC	QT.	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de	0	1

	Sequencial 04		ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto		
CPC	Recepção QT. Sequencial	Daikin	Ar condicionado cassete; 7,1KW; vazão de ar 1.080 m³/h; potência 100W; tensão 220V/1F/60Hz; modelo de referência RPK2,5, com controle remoto	0	1
CPC		Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD.RAS10FSN7B; 22,7KW; fator de simultaneidade 115%; potência 7,8KW; tensão 380V/3F/60Hz	0	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo dutado de alta pressão, capacidade 3HP ; consumo 180W 220V/1F/60hz	27.300BT U/h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 3HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu u/h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 3HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu u/h	1
CPC	Posto enfermagem QT sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall, capacidade 2HP ; consumo 40W/ 220V/ 1F/ 60Hz	19.100Btu /h	1
CPC	Repouso auxiliar		Unidade interna sistema VRF modelo hi wall, capacidade 1,25HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	12.300Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1
CPC	QT. Sequencial		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 2,5HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	24.200Btu /h	1

CPC	Circulação		Unidade interna sistema VRF modelo cassete 4 vias, capacidade 3HP ; consumo 50W/ 220V/ 1F/ 60Hz	27.300Btu/h	1
CPC	Utilidades		Exaustor centrífugo simples aspiração vazão 500m³/h; pressão estática 30mmca; motor elétrico 2,5CV; modelo referência CSS160	0	1
CPC	C.C. pequeno porte	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modleo RAC020D3S- 2,61KW (instalado varanda técnica 2° pav. CPC)	0	1
CPC	C.C. pequeno porte	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR - Modelo ILQ2 ESP. V1-2TR 6 FILAS DIR (instalado 2° pavimento CPC)	0	1
CPC	C.C. pequeno porte	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAA050H75 - (instalado varanda técnica 2° pav. CPC)	60.000BTU	1
CPC	C.C. pequeno porte	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR - Modelo ILQ5 ESP. V1-5TR 6 FILAS DIR (instalado 2° pavimento CPC)	0	1
CPC	Enfermaria	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP075E7L - CAPACIDADE NOMINAL 871.300 BTUS 26,3 KW, 7TR - 2016JUN - (máquina UTA 13019) (instalado varanda técnica expansão)	0	1
CPC	Enfermaria	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAP075E7L - CAPACIDADE NOMINAL 26,3 KW , 7TR - 2016JUN - (máquina UTA 13019) (instalado varanda técnica expansão)	871.300 BTUS	1
CPC	Enfermaria	Trox	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR MOD. TRZ-100 - DX - VAZÃO 10.200 M³/H - MOTOR 7.5/4CV ROTAÇÃO 1.789-RPM COD.322531 (instalado na casa de máquina expansão)	0	1
CPC	Enfermaria	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA - Modelo RAM100C75 (instalado varanda técnica CPC)	0	1
CPC	Enfermaria	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 9TR - Modelo ILQ9; vazão de ar insuflado 5800m³/h; vazão de ar externo 580m³/h; CTT 30240Kcal/h; pressão estática 150pa; filtro G3+bolsa F3 (instalado casa de máquina CPC)	0	1
CPC	Enfermaria		UNIDADE CONDENSADORA (UC2P3A; UC2P3B) - Capacidade 5TR; potência nominal 7KW, 380V/3F/60HZ	0	1
CPC	Enfermaria		UNIDADE CONDENSADORA (UC2P3A; UC2P3B) - Capacidade 5TR; potência nominal 7KW, 380V/3F/60HZ	0	1
CPC	Enfermaria		UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 10TR (UTA2P3) - vazão de ar insuflado 6800m³/h; motor 5CV; pressão estática	0	1

			40mmCA; filtro G4+F8+ISSO 35H		
CPC	Isolamento	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAM100C75 (instalada varanda técnica CPC)	0	1
CPC	Isolamento	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 9TR - Modelo ILQ9; vazão de ar insuflado 5800m³/h; vazão de ar externo 580m³/h; CTT 30240Kcal/h; pressão estática 150pa; filtro G3+bolsa F3 (instalado casa de máquina CPC)	0	1
CPC	Isolamento	Hitachi	UNIDADE CONDENSADORA MOD. RAM100C75 (instalada varanda técnica CPC)	0	1
CPC	Isolamento	Air Quality	UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 9TR - Modelo ILQ9; vazão de ar insuflado 5800m³/h; vazão de ar externo 580m³/h; CTT 30240Kcal/h; pressão estática 150pa; filtro G3+bolsa F3 (instalado casa de máquina CPC)	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE CONDENSADORA	18.000BT US	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1

CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE EXAUSTORA M PARA AMBIENTES ULTRA-LIMPOS, modelo de referência: UV-300 fabricação trox, vazão de ar - 510m³/h, filtragem dois estágios - G4+ISSO H35, controle remoto, pressostato de filtro sujo para indicar saturação dos filtros, consumo 330watts/220V/1F/60Hz	0	1
CPC	Isolamento		EXAUSTOR CENTRÍFUGO INLINE - vazão de ar 150m³/h, pressão estática 12mmca, 220V/1F/60Hz, modelo TD silent - 350/125, consumo 40watts	0	1

CPC	Isolamento		EXAUSTOR CENTRÍFUGO INLINE - vazão de ar 150m³/h, pressão estática 12mmca, 220V/1F/60Hz, modelo TD silent - 350/125, consumo 40watts	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1
CPC	Isolamento		UNIDADE HOSPITALAR SISTEMA EXPANSÃO DIRETA - BUILT-IN; Capacidade 1,5TR; vazão ar 1.020m³/h; filtro G4+F8+ISSO 35H; com pressostato e atenuador de ruído; 780Watts/220V/1F/60HZ	0	1

CPC	Circulação isolamento		EXAUSTOR CENTRÍFUGO INLINE - vazão de ar 270m³/h, pressão estática 12mmca, 220V/1F/60Hz, modelo TD silent - 500/150, consumo 70watts	0	1
CPC	Circulação isolamento		UNIDADE CONDENSADORA (UC2P3A; UC2P3B) - Capacidade 5TR; potência nominal 7KW, 380V/3F/60HZ	0	1
CPC	Circulação isolamento		UNIDADE CONDENSADORA (UC2P3A; UC2P3B) - Capacidade 5TR; potência nominal 7KW, 380V/3F/60HZ	0	1
CPC	Circulação isolamento		UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR 10TR (UTA2P3) - vazão de ar insuflado 6800m³/h; motor 5CV; pressão estática 40mmCA; filtro G4+F8+ISSO 35H	0	1
CPC	Auditório	Daikin	Unidade evaporadora VRV TIPO HI-WALL 3200KCAL/H - Cassete	0	1
CPC	Auditório	Daikin	Unidade evaporadora VRV TIPO HI-WALL 3200KCAL/H - Cassete	0	1
CPC	Auditório	Daikin	Unidade evaporadora VRV TIPO HI-WALL 3200KCAL/H - Cassete	0	1
CPC	Auditório	Daikin	Unidade evaporadora VRV TIPO HI-WALL 3200KCAL/H - Cassete	0	1
CPC	Hall	Daikin	Unidade evaporadora VRV TIPO HI-WALL 3200KCAL/H - Cassete	0	1
CPC	Auditório	Daikin	Unidade condensadora MOD.RHXYQ16AYL - 10,77KW 16HP - 3 F - 380V NS.F000114-2013.10 (CASSETES) (máq. dos cassetes 1674 / 1675 / 1676 / 1677 / 1673) (instalada na varanda técnica expansão)	0	1
TOTAL(UNIDADES EVAPORADORAS)					118

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO CPC – DUTADOS.

Local	TIPO	Dimensões
CPC	Dutado	800 m lineares

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA EMERGÊNCIA – VRF's

1. UTI – Unidade de Terapia Intensiva		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1 Equipamentos		
1.1	Ecosplit Premium 20 TR Inverter 40MX	1
1.2	Ar Condicionado Split Comfee Hiwall 9.000 Btu/h	1
1.3	Ar Condicionado Split Comfee Hiwall 12.000 Btu/h	3
1.4	Exaustor Sicflux Max	3
2 Redes		
2.1	Rede Frigorígena (Tubo de Cobre, Tubo Elastomérico, Cabo Flexível PP, Curva cobre, Filtro Secador, Visor de Líquido, Fita PVC, Suporte Mão Francesa)	1
2.2	Rede de dutos (Painel MPU 30 mm, Chapa Galvanizada N-26, Grelhas e difusores, Selante MPU, Fita aluminizada, Perfil tipo U,	1

	Cola Painei)	
--	--------------	--

2. EMERGÊNCIA (HIAS)		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Equipamentos	
1.1	Unid. Central 16 HP V6 – VC Plus	2
1.2	Unid. Central 26 HP V6 – VC Plus	1
1.3	Unid. Central 28 HP V6 – VC Plus	1
1.4	Unid. Term Piso-Teto 4hp Midea	4
1.5	Unid. Term Piso-Teto 5hp Midea	1
1.6	Unid. Term Hi-Wall 4hp Midea	11
1.7	Unid. Term Hi-Wall 1,25 HP Midea	9
1.8	Unid. Term Hi-wall 2,0 HP Midea	8
1.9	Unid. Term Hi-wall 2,5 HP Midea	2
1.10	Unid. Term Hi-wall 2,8 HP Midea	9
1.11	Controle Remoto Sem Fio	44
1.12	Junta Condensadoo “T”	2
1.13	Derivação “Y” 2 Tubos – Definir Via Software	21
1.14	Derivação “Y” 2 Tubos – Definir Via Software	4
1.15	Derivação “Y” 2 Tubos – Definir Via Software	14
1.16	Derivação “Y” 2 Tubos – Definir Via Software	3
1.17	Built In Traydus 18.000 Btu/h (G4+F9+H13)	3
1.18	Purificador de Ar Green Air SS500-PRO	23
1.19	Purificador de Ar Blue Life Trox	4
1.20	Exaustor Maxx 200 Sicflux	1
1.21	Exaustor Maxx 250 Sicflux	2
1.22	Exaustor Maxx 315 Sicflux	4
1.23	Exaustor Maxx 355 Sicflux	3
1.24	Exaustor Maxx 400 Sicflux	2
2	Redes	
2.1	Rede Frigorígena (Tubo de Cobre, Tubo Elastomérico, Cabo Flexível PP, Curva cobre, Filtro Secador, Visor de Líquido, Fita PVC, Suporte Mão Francesa)	1
2.2	Rede de dutos (Painei MPU, Chapa Galvanizada N-26, Grelhas e difusores, Selante MPU, Fita aluminizada, Perfil tipo U, Cola Painei)	1

Observação: Os equipamentos instalados na emergência encontram-se em garantia, por este motivo, exige-se que a empresa arrematante seja autorizada pelo fabricante para a realização de manutenção.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20241581

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20245181, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20245181, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, limpeza de dutos semestral, gestão do sistemas de climatização (splits, VRF, sistemas dutados, piso-teto, entre outros) e ventilação mecânica, instalação, retirada e remanejamento de equipamentos do aludido sistema, incluindo materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos tipo janelheiro, split, VRF, minicentraís e centrais de ar-condicionado, instalados no Hospital Infantil Albert Sabin – HIAS, CPC e anexos, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 1 (um) ano, contado da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, bem como a instalação, desinstalação e reinstalação de equipamentos, e a limpeza de dutos são atividades essenciais para o funcionamento ininterrupto e adequado do Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS), CPC e seus anexos. A continuidade desse serviço é crucial para garantir a qualidade do ambiente hospitalar, a segurança dos pacientes e a eficiência operacional do hospital, que depende diretamente do perfeito funcionamento dos sistemas de climatização para manter as condições adequadas de temperatura e qualidade do ar, essenciais para a saúde e bem-estar dos pacientes, especialmente considerando que o hospital atende um público infantil, mais vulnerável a variações ambientais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a contratação de longo prazo permite uma melhor negociação de preços e condições com o CONTRATADO, proporcionando economia de escala e garantindo um planejamento financeiro mais eficiente para a Administração. Além disso, a manutenção de um contrato contínuo reduz a necessidade de processos licitatórios frequentes, gerando economia de

recursos administrativos e tempo, e assegura a estabilidade e a confiabilidade do serviço prestado ao longo dos anos.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto e demais condições, constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referente, se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 05/01/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador)

aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*),

adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ainda ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: 24200204;

15.1.2. Fonte de Recursos: 1.600;

15.1.3. Programa de Trabalho: 171;

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039;

15.1.5. Gestão/Unidade: 24200204;

15.1.6. Fonte de Recursos: 1.500;

15.1.7. Programa de Trabalho: 171;

15.1.8. Elemento de Despesa: 339039;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

17.2. A execução contratual será acompanhada pela Gestora do Contrato Stefanie Almeida Campos, CPF 054.445.753-61, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

17.3. A execução contratual será fiscalizada pelo Fiscal do Contrato Pedro Gil Damasceno Guerreiro (nome completo), CPF 059.085.123-38, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

PROCESSO Nº _____

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)

(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

PROCESSO Nº _____

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____. DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)